



Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Nota Técnica n.º: 19/2015

Data: 17/06/2015

Origem: Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional – AA/GGP/UBS

Referência: Processo n.º 59500.000230/15-75

Objetivo: Revogação do Edital n.º 5/2015

Histórico:

Em 01 de abril de 2010 foi contratada a empresa Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., através do contrato n.º 0.034.00/2010, cujo objeto é a emissão de Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados com vínculo, comissionados sem vínculo empregatício, ex-empregados aposentados, ex-empregados aposentados filiados à Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS, Presidente, Diretores, Gerentes-Executivos e Superintendentes Regionais da Codevasf.

O contrato inicial teve vigência de 12 meses, prazo que foi prorrogado por 12 meses sucessivamente, em 2011, 2012, 2013 e 2014.

No dia 20/03/2015, a Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional através da Nota Técnica 08/2015, fls. 657 a 660, solicitou a prorrogação excepcionalmente por 90 dias, do referido contrato com fundamento na Lei n.º 8.666/93 em seu art. 57, § 4º, devido a não conclusão do processo licitatório, conforme autoriza a Resolução n.º 349/15, de 14/05/2015.

A Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional iniciou novo processo licitatório através do processo 59500.000230/15-75 para continuidade do serviço e assim atender o Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, cláusula décima primeira em que a Codevasf manterá o Seguro de Vida em Grupo aos empregados inscritos no benefício.

Com isso, em 06 de abril de 2015, foi realizado o pregão eletrônico n.º 05/2015 com a finalidade de contratação do Seguro de Vida em Grupo com um novo formato, com isso a Empresa Companhia de Seguros Previdência do Sul, apresentou o menor lance no valor de R\$ 2.549.000,00, sendo homologado o resultado.



Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Entretanto, em reunião com os representantes da Codevasf e com a comissão do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016 foram levantados algumas discussões a respeito do texto do Seguro de Vida em Grupo no ACT e no momento foi citada a Resolução DEST nº 9/1996 e informado que em 2012 o DEST havia feito uma consulta a empresa em relação a participação dos empregados.

A Resolução DEST nº 9/1996 de 08 de outubro de 1996, item VI do art. 1º, estabelece que "a participação da empresa no total dos gastos com custeio de planos de saúde, do seguro de vida e de outras vantagens assemelhadas oferecidas, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento)".

Considerando o exposto, ressalto que a licitação foi finalizada mas não ocorreu a contratação, pela divergência entre a licitação homologada e a referida Resolução do DEST, sendo necessário solicitar novamente a prorrogação excepcional do contrato vigente, que teria sua vigência finalizada em 30/06/2015, por mais 6 meses, até 31/12/2015.

No dia 03/06/2015, através da Nota Técnica nº 16/2015, da AA/GGP/UBS foi realizada uma consulta a PR/AJ com a finalidade de embasamento jurídico para elaboração de ofício a ser encaminhado ao DEST.

Em 15/06/2015, a PR/AJ, por meio de despacho, fls. 457, solicitou diligências junto as estatais que adimplem em 100% do prêmio.

Informo que, esta diligência já havia ocorrido e que as estatais informaram que desconheciam a Resolução nº 09/96.

Diante do exposto, a Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA, em reunião no dia 17/06/2015, definiu pela revogação do Edital nº 5/2015, tendo em vista a necessidade de adequações técnicas, conforme orienta a Resolução CCE nº 9/1996.

As adequações técnicas que serão realizadas incluirão 50% de coparticipação dos empregados, documentação para habilitação das empresas cadastradas no Sistema de Consignatárias no SIAPE – MP, bem como a adesão dos empregados ao benefício sendo optativa, o que acarretará alteração no valor contratual.

JA

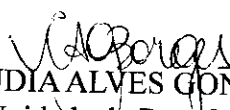
**Considerações Finais:**

Considerando que a licitação foi homologada, porém a contratação não pode ser realizada pelos fatos apresentados acima.

Considerando a divergência entre a licitação homologada e a Resolução nº 09/1996 – DEST.

Considerando o Acordo Coletivo de Trabalho, cláusula décima primeira, em que a “A CODEVASF manterá o Seguro de Vida em Grupo, nos termos vigentes, inclusive com o auxílio funeral, cabendo aos empregados inscritos no benefício o pagamento mensal da coparticipação”.

Solicito o encaminhamento do presente processo a PR/AJ para análise e parecer jurídico quanto a Revogação do Edital nº 5/15, com base na necessidade de adequações técnicas, em atendimento a Resolução nº 09/1996.


CLAUDIA ALVES GONÇALVES BORGES
Chefe da Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional

À AA,

De acordo com a revogação do Edital nº 5/15 e Nota Técnica apresentada pela equipe da AA/GGP/UBS. Solicito remeter os autos à PR/AJ para análise e parecer jurídico.

Em 14 / 06 / 2015,


ADALBERTO MARQUES A. T. ALMEIDA
Gerente de Gestão de Pessoas

17/6/15 Hora: 18:29
DGO
Rubrica